

MINUTA

1 Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes
2 Mineiros do Baixo Paranaíba - CBHPN3, realizada no Auditório da Supram Triângulo
3 Mineiro, localizada a Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro - Uberlândia-MG, na
4 modalidade presencial, no dia 03 de outubro de 2023, às 08hrs 00 min, com a
5 instalação do quórum exigido no regimento interno do CBH-PN3. Estiveram
6 presentes os seguintes conselheiros: Daniel Angelucci de Amorim - Empresa de
7 Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, Cristiano Corrêa Lemos - PMMG,
8 Hideraldo Buch - Secretaria de Estado de Saúde - SES, José Maria Castro Júnior - Instituto
9 Estadual de Florestas - IEF, Dayane Aparecida Pereira de Paula - Instituto Estadual de
10 Florestas - IEF, Rodrigo Esteves de Melo - Empresa de Assistência Técnica e Extensão
11 Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, Muriel Silva Vilarinho - Município de
12 Ituiutaba, Sérgio Cunha de Resende - Município de Santa Vitória, Sandro Domingues
13 Parreira - Município de Monte Alegre de Minas, Elaine Aparecida - Município de
14 Amaporã, Geraldo Matias de Almeida - Município de Amaporã, Roniel Rosa Santos -
15 Município de Campina Verde, Lourival Souza Santos - Município de Campina Verde,
16 Daniel Naves de Brito - Município de Uberlândia, Ecione Cristina Martins Pedrosa -
17 Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro
18 e Alto Paranaíba - CIDES, Christyan Paiva Farias - Departamento Municipal de Água e
19 Esgoto de Uberlândia - DMAE Uberlândia, Silvia Caram André e Rocha Miranda -
20 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG, Aristoclides Cançado Costa
21 - Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Filial Limeira do Oeste, Jéssica Vale Freitas Moreira -
22 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG, Luiz Humberto
23 Gonçalves Reis - Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Alegre de Minas, Wederson
24 Nunes Cardoso - Associação dos Usuários da Bacia Hidrográfica do Médio e Baixo Rio
25 Piedade e Córrego da Areia - APCR Piedade, Glênio Alves Silvério - Departamento de
26 Água e Esgoto - DAE Tupaciguara, Fabiano Soares Vilela - Superintendência de Água e
27 Esgotos de Ituiutaba - SAE Ituiutaba, André Luiz Borges - Departamento Municipal de
28 Água e Esgoto de Araporã - DMAE Araporã, Antônio Giacomini Ribeiro - Associação
29 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, João Carlos Camilo - Instituto de
30 Direito Ambiental e Urbanístico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - IDAU-TAP,
31 Marcelo dos Santos Pádua Diniz - Conselho Regional de Biologia da 4ª Região - CRBIO-
32 04, Dora Marquez Peres Drummond - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Débora
33 Gale Ribeiro - Associação de Catadores Amigos do Meio Ambiente Estação +AR, Kátia
34 Gisele de Oliveira Pereira - Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Polyanna Custódio
35 Duarte - Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro - Angá, Maurício
36 Marques Scalon - Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas -
37 FONASC-CBH, Daniel Novais - CBMMG, Nayara Ribeiro Soares - CIDES, Júlio Cesar S.
38 Sobrinho Santos - CIDES, Thiago Figueiredo Santana - IGAM, Paulo Rogerio da Silva -
39 SEMAD. Elaine cumprimentou a todos e expressou sua satisfação em fazer parte da nova
40 gestão. No item nº2 da pauta, comentou a apresentação da ata referente à 60ª reunião
41 extraordinária de 6 de dezembro de 2022 para devida votação e aprovação. De início,
42 Antônio Giacomini pediu a palavra para explicar sobre como deve ocorrer a abordagem
43 do item de nº3 (fala dos conselheiros) na estrutura da pauta, considerando que muitos
44 dos conselheiros são novos no comitê. Disse que o item deve ocorrer como uma
45 "manifestação rápida de comunicação" e com objetividade no foco, como por exemplo:
46 uma notícia, um evento ou até mesmo exposição de agrado ou desagrado. Como muitos
47 dos conselheiros presente não estavam na reunião anterior, Elaine explicou que a

MINUTA

48 dinâmica formal da reunião segue: da abertura para aprovação da ata anterior (podendo
49 se absterem de votar aqueles que não participaram da mesma). No item de nº3 ocorre
50 a "fala dos conselheiros" e no final, o item de assuntos gerais. Informou ainda que a ata
51 a ser votada foi encaminhada por Cláudia para cada um dos conselheiros por e-mail para
52 leitura e apreciação prévia. Deixou claro que votação da mesma seria livre. Cada um
53 poderia aprovar ou não a minuta ou até mesmo se abster de votar, conforme sua
54 vontade. Débora Gale Ribeiro - Associação de Catadores Amigos do Meio Ambiente
55 Estação +AR, solicitou que a leitura da ata fosse realizada e Antônio Giacomini afirmou
56 que a mesma foi encaminhada com antecedência justamente para evitar a necessidade
57 de realização da leitura na reunião, mas reconheceu que é um direito de todos se assim
58 considerarem necessário. Elaine aproveitou para se pronunciar, na condição de
59 integrante da nova gestão. Afirmou que considera a plenária como soberana, inclusive
60 nas deliberações, e que posteriormente haverá as apresentações para que todos se
61 conheçam e conheçam também a nova gestão que pretende ser 100% compartilhada
62 com responsabilidade. Afirmou: "faço questão de ouvir sempre os meus pares que é
63 cada um de vocês...". Diante desta declaração, atendeu o pedido de leitura da ata.
64 Solicitou a Antônio que fizesse a leitura, mas o mesmo alegou que não tinha condições,
65 por isso o Sr. Sandro Domingues Parreira - Município de Monte Alegre de Minas a
66 realizou na íntegra para apreciação da plenária. Após a leitura. Elaine seguiu a votação
67 com as manifestações de abstenções a seguir:

68 Elaine – Prefeitura de Araporã, Sandro – Prefeitura de Monte Alegre de Minas, Daniel –
69 Prefeitura de Uberlândia, Ecione – CIDES, Mauricio Scalon – FONASC, Joao Carlos –
70 IDAUTAP, Sergio – Prefeitura de Santa Vitoria, Marcelo – CRBIO, Deborah - Associação
71 de Catadores Amigos do Meio Ambiente Estação +AR, Chrystian – DMAE Uberlândia,
72 Fabiano – SAE, Jose Maria – IEF, Luiz Humberto - Sindicato dos Produtores Rurais de
73 Monte Alegre de Minas. Justificadas as abstenções pois os mesmos não estavam
74 presentes na referida reunião. Considerando que o término da reunião previsto para
75 11hs30min, Elaine sugeriu que o item de nº3, referente a palavra dos Conselheiros
76 fosse realizado juntamente com o item de nº4 - "Apresentações dos Conselheiros",
77 visto que muitos estão participando pela primeira vez na plenária sendo necessário a
78 apresentação formal de cada conselheiro juntamente com as devidas contribuições,
79 quando julgarem necessárias. De forma aleatória, todos se apresentaram e por fim,
80 Elaine Oliveira, na condição de presidente do comitê, reafirmou seu compromisso de
81 estar junto a todos no exercício dos trabalhos desta gestão e com responsabilidade
82 compartilhada deixando sempre claro que a plenária sempre será soberana. Agradeceu
83 pela confiança de todos e espera corresponder à altura das expectativas. Confidenciou
84 estar temerosa pelo desafio, mas confiante de que no final vai dar tudo certo e ao
85 término destes dois anos de gestão deseja, enquanto aprendiz, devolver a todos a
86 mesma confiança e com a plenária cheia, como há muito tempo não via desde a época
87 da pandemia. Disse que sente um misto de nervosismo e emoção ao ver cada um dos
88 presentes. Depois de tudo que se passou no mundo nos últimos três anos, poder
89 retomar o contato físico e a proximidade faz, desse momento da plenária bem
90 oportuno para boas expectativas de realização de muitas coisas que não foram feitas.
91 Glênio se apresentou como representante do município de Tupaciguara no segmento
92 de usuários e como vice-presidente do CBH juntamente com Elaine e com Maurício na

MINUTA

93 nova gestão. Afirmou, assim como todos que se apresentaram anteriormente, que
94 pretende contribuir com o crescimento e avanço dos recursos hídricos do CBH. Se
95 colocou à disposição no que for preciso para somar no alcance do sucesso. Na
96 sequência, Elaine sugeriu que o item de nº5, que trata da recomposição das câmaras
97 fosse abordado após os itens nº 6 e nº7 que serão apresentados por Thiago Santana
98 (IGAM). Giacomini explicou que, conforme o regimento, toda e qualquer alteração
99 relativa à pauta precisa ser votada em plenária no início da reunião. Elaine se
100 comprometeu a estudar e tomar ciência do conteúdo que embasa o regimento para a
101 próxima plenária e justificou que sua sugestão era para ganhar tempo para discussão
102 necessária entre os pares no item nº5 (recomposição das câmaras técnicas). Inclusive,
103 alinhou à sua justificativa a importância dos itens nº6 (Apresentação da Deliberação
104 PN3 nº46) e nº7 (Aspecto Legais do Regimento Interno) para melhor aproveitamento e
105 compreensão do item nº5. Acredita que se a alteração for aceita todos conseguirão
106 fazer a recomposição das câmaras com mais confiança. A sugestão foi aceita. Thiago se
107 apresentou e iniciou se desculpando pelo atraso. Afirmou estar satisfeito em ver o
108 quantitativo de suplentes junto aos titulares participando da plenária, dada a sua
109 importância no desenvolvimento dos trabalhos dentro das instituições, mas
110 principalmente para que se sintam dentro dos processos, contribuindo de maneira
111 abrangente e com eficiência junto a oportunidades de articulações e engajamento.
112 Para mensurar a importância do regimento, o comparou a uma "cartinha orientativa"
113 da atuação dos participantes da plenária na área de política pública. Ressalvou a
114 importância da consciência de responsabilidade e compromisso que cada um assume
115 ao assinar o termo de pose. Assumem papéis políticos a serem exercidos dentro da
116 sociedade, pois enquanto conselheiros, se submetem ao exercício de uma função
117 pública, comprometidos com princípios básicos e inegociáveis como a ética e a
118 moralidade pública requeridos do servidor público. Por isso é muito importante que
119 todos se atenham ao Regimento Interno conforme Antônio Giacomini já havia
120 destacado. Mas não só sobre a questão da orientação da condução das reuniões, mas
121 também sobre várias outras questões como direitos que os conselheiros têm dentro de
122 alguns processos que estão em discussão, entre outras situações das quais deverão ser
123 conduzidas pelo regimento interno do PN3. Na sequência, pontuou informações sobre
124 o decreto. Informou que a versão vigente do documento já está atualizada pela
125 deliberação do comitê nº49, ou seja, é passível de alteração, mas somente por um
126 mínimo de 2/3 de composição. O referido documento não é flexível de deliberação por
127 maioria simples. Se apresenta sobre normas superiores à lei federal nº 9433 que
128 estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e a composição do Sistema
129 Nacional de Gerenciamento de Recursos hídricos. A Política Estadual de Recursos
130 Hídricos (Lei nº1399) e o Decreto Estadual 43 797 de 2004, que inclusive institui esse
131 comitê, que no próximo ano completará 20 anos. Considerou a comemoração válida
132 diante do atual momento em que o comitê tem avançado com a implantação da
133 cobrança apesar da falta do instrumento de enquadramento que compromete o plano.
134 Disse que é possível evoluir nesse aspecto. Sinalizou que também norteiam o
135 regimento, outras normas editadas pelo Conselho Nacional e Conselho Estadual de
136 Recursos Hídricos cuja sede é no município de Uberlândia. Enfatizou o destaque do

MINUTA

137 município dentro da região e no estado justificando a importância da atuação de cada
138 um junto às ações que impactam diretamente na cidade. Segundo Thiago, o regimento
139 não deve ser tratado com indiferença dada a importância com que é embasado. Por
140 isso sugeriu que em momento oportuno, os conselheiros pesquisem a lei de recursos
141 hídricos e a política ambiental para que vejam a importância de uma atuação
142 consciente onde cada um deve exercer o seu papel em colaboração da garantia de
143 qualidade da água que vai para os diversos usuários. Reforçou: "pesquisem nas leis, as
144 diferenças sobre as terminologias para que compreendam melhor os seus papéis
145 dentro do comitê". Citou representantes dos seguimentos presentes na reunião como
146 a associação de usuários e representantes de sindicatos e exemplificou como as
147 atuações destes e de outros setores mudam de acordo com o foco de cada processos.
148 Mencionou a participação de Giacomini na orientação de vários processos de bacias e
149 seus conflitos. Como muitos conselheiros estão iniciando suas participações junto ao
150 comitê, Thiago pontuou em todo o seu relato a importância das atuações de maneira
151 responsável e a prática de ações pautadas na racionalidade atrelada às leis com vistas a
152 manter condições de quantidade e qualidade da água. Reforçou que é importante que
153 compreendam que nos diversos cenários de política pública as ações tendem a ser
154 diferente. E a necessidade dessa postura é clara diante do quadro evolutivo em que se
155 encontra o PN3 com a implantação da cobrança e juntamente com ela a finalidade de
156 investimento que precisa ser bem elaborada considerando todos os pares envolvido. E
157 de forma contextualizada fez abordagens interessantes como: o apoio do comitê ao
158 municípios que marcam sua participação por meios de seus representantes, fomentando
159 o processo de integração; a composição política que diferencia entidades como o
160 Comitê de Política de Recursos hídricos e o Conselho Nacional e Minas Gerais; o
161 equilíbrio de interesses em prol de um bem comum (a água) envolvendo os municípios,
162 representados por suplentes e titulares numa composição representativa e
163 considerável dentro do processo social uma vez que o município é um ente público no
164 cenário das políticas públicas; ressaltou que embora o município seja um território que
165 possui regras próprias, dentro da política de recursos hídricos ele tem o papel apenas
166 de ente participante, sendo descredenciado de competência sobre recursos hídricos;
167 citou regiões como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso Nordeste para contextualizar
168 questões sobre domínio da água de rios como Paranaíba, São Francisco e Araguari;
169 falou da importância dos consórcios e das dificuldades enfrentadas pelo IGAM junto à
170 Advocacia Geral do Estado no entendimento legal para constituir a possibilidade de
171 participação de consórcios. Isto porque havia um entendimento de configuração de
172 dupla representatividade dos consórcios. Exemplo de situações em que é preciso
173 enfrentar próprio estado para criar entendimentos mais flexíveis. Sobre as
174 substituições, informou que todos podem acessar o portal dos comitês junto ao IGAM.
175 Nele, consta os processos de substituições e como podem ocorrer de maneira rápida.
176 Contém todas as documentações do comitê do estado somando um total de 35
177 unidades, juntamente com seus conselheiros, diretoria, comitê deliberações de
178 regimento interno entre outros atos dos comitês como, planos deliberação de
179 cobrança. Há também situações mais importantes que cabem à mesa diretora como
180 por exemplo a substituição de membros da diretoria que ocorre por meio de nova

MINUTA

181 eleição para preenchimento do cargo. Esclareceu uma particularidade dentro
182 regimento interno diante da impossibilidade de participação do membro titular e o
183 suplente. Em caso específico que nenhum dos dois possa comparecer à reunião há
184 possibilidade da indicação por meio de procuração a um terceiro para exercício do
185 poder de voto. E sobre o tema, Giacomini contribuiu lembrando que havia um acordo
186 de rodízio nas posições que inclusive foi utilizado na gestão anterior. Pediu
187 posicionamento da plenária em relação mantê-lo ou não é Elaine interveio,
188 argumentando que o assunto proposto não estava em momento oportuno para
189 votação considerando o propósito da gestão integrada e participativa. Pediu que o
190 mesmo seja tratado quando todos fizerem leitura do regimento na íntegra. Houve
191 manifestações e Cristina contribuiu dizendo que o momento é de conhecer um pouco
192 mais sobre o regimento interno e não de tomar decisões. Antônio aceitou a
193 intervenção e contextualizou o processo de implantação da cobrança, juntamente com
194 as ocorrências relativas à gestão e as substituições nos últimos anos para pedir que o
195 tema seja tratado na próxima plenária. Mas reforçou que a cobrança do uso da água
196 utilizada em 2022 já está sendo realizada por meio de declaração do usuário através de
197 registro no site. Mencionou que a previsão de arrecadação sendo de quase 6 milhões
198 requer acompanhamento do ritmo que está caminhando. Em seguida pediu que o item
199 de nº7- apresentação da DN 46 fosse adiado para a próxima reunião por questões de
200 tempo e de necessidade de detalhamento. No item de nº8, agências de bacia, Thiago
201 fez uma breve exposição sobre como ocorre a cobrança. O projeto representa uma
202 evolução ampla de estado ao qual o PN3 já está em ritmo satisfatório e basicamente
203 consiste na dinâmica em que o usuário declara o que usou ao longo do ano por meio
204 do site (no sistema chamado DAU - declaração anual de uso da água). Os usuários do
205 segmento do saneamento e da agricultura efetuam a declaração do quanto usaram de
206 água no ano anterior. Os demais usuários e segmentos possuem metodologias
207 diferente. Como por exemplo, a indústria de regeneração que abarca diretamente a
208 vazão outorgada. Já a agricultura tem como metodologia de cobrança a vazão utilizada
209 somada à vazão outorgada dividida por dois. Detalhou o mecanismo de cálculo do
210 setor de saneamento por ser mais específico e deu exemplo de parcelamentos e
211 valores cabíveis ao setor (como por exemplo, 4 parcelas de R\$250,00). Contextualizou
212 detalhadamente demais situações a seguir que configuram o processo de implantação
213 da cobrança: a dinâmica da escolha de entidades equiparadas e as etapas vinculadas a
214 ela, por exemplo o contrato de gestão da mesma; a definição das agências de bacias,
215 de suas funções e abrangências territoriais; o mecanismo de compensação de cobrança
216 usado para que o usuário não seja prejudicado, a discussão sobre a definição do ente
217 responsável pela aplicação dos recursos dentro do território, o suporte técnico-
218 administrativo e financeiro prestado aos comitês pelas agências de bacia; as agências
219 de bacia que já estão demarcadas por território e indicadas pelo Conselho Estadual; as
220 participações dos entes elencados junto aos recursos hídricos como por exemplo o
221 IGAM; o entendimento sobre o conceito de "bacias" junto às leis que norteiam o
222 andamento da regularização do processo; O papel de suporte técnico desempenhado
223 pelo IGAM dentro do processo inclusive a aplicação do processo de inadimplência e
224 sua complexidade burocrática; requisitos pontuados em deliberação do Conselho

MINUTA

225 Estadual de Recursos Hídricos aplicáveis a agências estaduais limitando-as por
226 território, citou como exemplo a bacia do Rio São Francisco e contextualizou a posição
227 do PN3 junto a esta normativa; orientações do decreto 47633, sobre o modelo de
228 processo para escolha da entidade equiparada e as regras para contrato de gestão
229 conforme se enquadra o PN3. Nesse momento, Thiago detalhou as etapas a serem
230 realizadas tendo o IGAM como órgão responsável por apoiar todo esse processo de
231 seleção, seja dentro do comitê ou junto ao Conselho Estadual. Explicou por meio de um
232 fluxograma a dinâmica do processo onde o primeiro passo é a definição por parte do
233 comitê sobre a modalidade de seleção fazer, o chamamento público ou dispensa do
234 chamamento público. Ressalvou que dispensa do chamamento público já define o
235 representante. E o chamamento público requer processo de edital e formação de
236 comissão para fazer julgamento das propostas, recomendação da comissão julgadora
237 para essas entidades e habilitação da sabatina. Citou como exemplo o processo
238 realizado no comitê da bacia do Rio Grande e sinalizou para a plenária, de acordo com
239 sua experiência, a oportunidade favorável de optar pela dispensa do edital em
240 detrimento da complexidade processual do mesmo. Expôs os pontos burocráticos a
241 serem levantados e cabíveis à questão do edital e citou mais exemplos para mostrar as
242 demandas desta escolha. Deixou todos cientes de que o comitê tinha dia 24 de março
243 de 2023 para fazer a indicação e neste caso, o decreto orienta que, os comitês que não
244 indicarem até 2 anos da publicação do Decreto passa a ter o IGAM como escolha,
245 porém pela prerrogativa da competência do Decreto 41578 de 2001 o IGAM tem sua
246 capacidade administrativa limitada enquanto agência para essa função somente até o
247 TJ e se submetido ao conselho que o respalda. Por isso deixou bem claro não é
248 interessante que o mesmo seja indicado como entidade, embora isso ainda seja uma
249 decisão que pode ser alterada a qualquer momento. Sendo assim, cabe ao comitê
250 optar ou pela abertura do edital de chamamento público ou pela dispensa do edital e
251 já definindo quem seria a indicada. Reafirmou que o IGAM irá apoiar todo o processo. A
252 seguir, apresentou ainda no fluxograma, as entidades equiparadas já atuantes e seus
253 respectivos territórios detalhando questões específicas de cada uma. Antônio
254 Giacomini contribuiu mostrando como exemplo as delimitações oficiais, porém erradas
255 das margens do Rio Paranaíba em relação ao PN1 e PN2. Erro de melhoria que precisa
256 ser corrigido. Thiago finalizou sua apresentação reforçando para a plenária que agora
257 cabe ao comitê tomar as decisões para a escolha e definição de uma entidade
258 equiparada. A seguir, Antônio Giacomini pediu o uso da palavra para contextualizar e
259 esclarecer o "porquê" de a questão da escolha da agência equiparada não ter ocorrido
260 em tempo hábil. Mencionou os envolvidos, os acordos e desacordos e inclusive,
261 confirmou que o comitê tinha ciência da limitação de atuação do IGAM, mas, mesmo
262 assim decidiu ir "empurrando com a barriga", cientes do prazo para indicação e com
263 perspectiva de uma solução futura. E ainda sobre o assunto, perguntou para Thiago
264 qual é a situação da ABHA junto a ANA sobre contrato de gestão. Thiago explicou que a
265 ABHA teve o seu contrato prorrogado junto à União até 31 de dezembro de 2023,
266 período que permitiu um acompanhamento da ANA com mais proximidade e nos
267 últimos anos houve uma melhoria de desempenho satisfatória dentro do comitê
268 Paranaíba. Alertou sobre a necessidade de, futuramente, promover um debate sobre o

MINUTA

269 modelo a ser implantado considerando algumas ações que geram impacto positivo
270 como: gastos e investimentos, projetos alinhados à legislação considerando o
271 tratamento devido às questões de ordem públicas e privadas, processo de contratação
272 eficiente, gerência com competência para dar suporte junto aos processos inclusive o
273 de avaliação e elaboração de instrumentos (como o plano plurianual de aplicação de
274 recursos) e outras ações que o comitê juntamente com o IGAM irá debater e discutir.
275 Sobre a sede, pontuou que é uma questão que precisa ser avaliada pelo comitê uma
276 vez que despende gastos, mas que precisa ser informada ao IGAM quando oficializada
277 para cumprimento de demandas como atribuição de funções, distribuição de materiais
278 específicos ou gerais, estrutura para capacitações entre outras. Conselheira Polyanna –
279 ANGÁ, reforçou neste contexto que todo o planejamento do grupo precisa estar
280 alinhado ao Plano Diretor que está em processo de revisão graças aos recursos do
281 Paranaíba. Thiago reforçou a importância do Plano no direcionamento das atividades e
282 ações executadas dentro do comitê como, as reuniões, a aplicação de recurso, a diretriz
283 normativa e outras. Antônio Giacomini ressaltou a importância da participação da
284 nova gestão de forma atuante na elaboração do novo plano para que nele contenha a
285 identidade do PN3. Se referiu ao plano anterior como "plano Step" (não oficializado)
286 mas tem expectativas positivas uma vez que o próprio Paranaíba está promovendo a
287 revisão do mesmo conjuntamente com todos os seus afluentes. Afirmou que o
288 enquadramento também já será executado dentro do processo de revisão bem como o
289 aperfeiçoamento do plano. O conselheiro Mauricio Scalon pediu a palavra para expor
290 uma situação que julgou importante sobre a entidade ABHA. Relatou todo o processo
291 de profissionalização que a mesma passou ao longo de dez anos e reconheceu o nível
292 de profissionalização e competência que hoje lhes dão condição de dar resposta de
293 uma maneira bem mais razoável. Mas acredita que o fato de poder ser indicada como
294 agência equiparada sem edital e com dispensa das formalidades dentro do contrato de
295 gestão não deve suprimir a necessidade de discussão de maneira clara e inequívoca
296 sobre a necessidade do grupo enquanto comitê para dar vazão e influência aos
297 recursos em caixa e os recursos futuros. Não basta a facilidade de a diretoria assumir
298 ABHA. É preciso considerar a questão da personalidade do comitê uma vez que o
299 recurso pertence a ele. Por isso é importante saber o que a ABHA tem a oferecer e
300 quais as suas responsabilidades. A conselheira Polyanna – ANGÁ, reforçou em sua fala
301 a questão da identidade do comitê como ponto chave na escolha da entidade. Ecione –
302 CIDES, também contribuiu concordando com os colegas sobre o que o comitê deve se
303 ater na escolha da entidade, mas acrescentou que é preciso considerar a morosidade
304 dos processos licitatórios uma vez que a cobrança já está sendo realizada. E uma vez
305 que a organização do comitê tem o objetivo de reverter os recursos em benefício é
306 preciso trabalhar no sentido de dar velocidade ao processo, porém sem perder os
307 critérios de avaliação, de acompanhamento e de definição conforme as metas. Para a
308 ela, a indicação da ABHA assim como a atuação da mesma, se for o caso, deve ser
309 acompanhada de perto com uso dos instrumentos, mas essa escolha não deve se
310 tornar um obstáculo para o desenvolvimento do projeto considerando que é a melhor
311 opção apresentada inclusive geograficamente. Em contribuição com os relatos sobre
312 entidades que se posicionam superiores às suas contratantes recebendo méritos e

MINUTA

313 créditos que não lhes cabem, o conselheiro Daniel – PM Uberlândia, informou que de
314 acordo com sua experiência com recursos financiados pela Caixa, ao disponibilizar o
315 recurso a mesma exige que haja identificação da obra como se fosse obra dela própria.
316 Por isso sugere que conste no contrato com a entidade escolhida que qualquer
317 documentação/ identificação de realização de trabalhos ou atividades apresentará a
318 marca do comitê. Thiago explicou que, diferente de outros seguimentos, a agencia
319 equiparada é um ente do sistema de recursos hídricos e não um prestador de serviços.
320 E sobre logomarca, citou exemplos em que o comitê deixou de ter créditos por falta
321 dela e informou que já está sendo contratada uma empresa de comunicação para
322 apoiar o processo de construção da padronizado da mesma para todos no estado de
323 Minas Gerais. Elaine agradeceu as contribuições de todos e questionou sobre a melhor
324 data para agendamento da reunião para escolha do processo (se pelo chamamento
325 público ou pela dispensa) da agência equiparada que irá nortear todo o recurso da
326 cobrança. Giacomini lembrou a todos que as reuniões são realizadas sempre às terças-
327 feiras por uma questão de organização da agenda pessoal de todos. Elaine propôs
328 votação para: a realização do item de nº 5 da pauta, sobre as Câmaras Técnicas ainda
329 nesta reunião ou não é a data da próxima reunião. Conforme a maioria dos votos da
330 plenária, a reunião para convocação para escolha da entidade equiparada ficou
331 agendada para o dia 31 de outubro, na modalidade presencial e com dois pontos de
332 pauta incluindo o item de nº5 da pauta de hoje. Com agradecimentos pela presença de
333 todos a presidente Elaine encerrou a reunião.

334

335

336

337

338 Presidente CBHPN3

Secretário Executivo